



ID: 9972293

Documento assinado eletronicamente por DANIEL DA SILVA FERREIRA Mat. 974078-3 em 24/11/2025 às 17:02:24. RAPHAELE AROUCHA COIMBRA LOU Mat. 977585-4 em 24/11/2025 às 17:03:00. JOSE AGOSTINHO DOS SANTOS NETO Mat. 973887-8 em 24/11/2025 às 17:04:25. AMANDA TEIXEIRA MELO Mat. 973891-6 em 24/11/2025 às 17:04:32. MELINA MALTA DEOLINDO DE VASCONCELOS Mat. 944153-0 em 24/11/2025 às 17:05:27. RODRIGO FRAGOSO PEIXOTO Mat. 974097-0 em 24/11/2025 às 17:36:24 e EMANUEL COSTA VALENÇA BARROS Mat. 97391

**PREFEITURA DE MACEIÓ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

**Processo:** 3200.46404/2024

**Interessado:** Diretoria de Projetos Técnicos e Fiscalização – SEMINFRA.

**Assunto:** Contratação de empresa de engenharia para execução de obra comum de contenção de encosta e estabilização de taludes na encosta do Flexal no bairro do Bebedouro, dividido em 2 (dois) lotes, em Maceió/AL.

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025 - (9002/2025) – UASG: 927512**

**DECISÃO DE RECURSO**

Trata de Recurso Administrativo interposto pela empresa GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 30.017.321/0001-60, contra a Decisão que inabilitou a empresa do certame, quanto ao lote 2, referente à CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025 (90002/2025) – UASG: 927512 – Menor Preço, visando a Contratação de empresa de engenharia para execução de obra comum de contenção de encosta e estabilização de taludes na encosta do Flexal no bairro do Bebedouro, dividido em 2 (dois) lotes, em Maceió/AL.

Segundo a recorrente, a decisão que a inabilitou merece reforma, porquanto, em que pese ter a CPLOSE entendido que *“os atestados apresentados excluem textualmente as etapas de perfuração e injeção, as quais são essenciais, sendo entendido pelo descumprimento de exigência do edital e, portanto, não caberia abertura de diligência”*, culminando com sua inabilitação, tal posicionamento estaria equivocado.

Para lastrear seu posicionamento, a recorrente aduz que a exigência é atendida na apresentação da Certidão de Acervo Técnico, nº 54179/2017 emitido pelo CREA-RJ, onde, em seus itens 01.002.027-A, 01.004.0025-A e 01.004.0043-A descreve a perfuração utilizando equipamento manual (Não hidráulico) e a Certidão de Acervo Técnico, nº 16945/2024, em seus itens 01.002.0028-A, 01.004.0025-A e 01.004.0043-A.

E, arremata dizendo que *“Conforme comprovado acima e através dos documentos em anexo, o recorrente apresentou o documento de habilitação técnico-operacional, especificamente os atestados para execução do serviço de perfuração e etapas de perfuração e injeção, inexistindo qualquer descumprimento do edital”*.

Ao final, pugna pelo provimento do recurso para reformar a decisão que inabilitou a recorrente e a declare como vencedora do certame.

O Recurso Administrativo apresentado, segue como anexo desta Decisão.

Este é o relatório, passa-se a decidir.

**DAS CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE**

Conforme se observa do recurso ora apreciado, o mesmo foi interposto por parte legítima, pois, por licitante interessada, tempestivamente e corretamente direcionada, de onde se depreende que o recurso preenche os requisitos objetivos, devendo, portanto, ser conhecido.

Rua Barão de Jaraguá, nº 398 – Jaraguá – Maceió/AL - CEP 57022-140

CNPJ: 12.200.135/0001-80 - Tel.: 3312.5350

Página 1 de 3



## PREFEITURA DE MACEIÓ SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

### DA FUNDAMENTAÇÃO

Ao se analisar as razões do recurso manejado pela licitante GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA, verifica-se que não assiste razão à recorrente, isto porque, a despeito dos seus argumentos, é indiscutível que a empresa não atendeu aos requisitos editalícios para a qualificação técnica, no que se refere à capacidade técnico-operacional.

Aliás, tal inabilitação fica evidente no parecer emitido pela área técnica, o qual segue como anexo desta Decisão, onde após analisar os atestados declinados no recurso, ratificam o não cumprimento, dos requisitos de habilitação.

Vejamos trecho transcrito neste sentido, por ser necessário:

*“Ainda que o grampo seja, conceitualmente, um tipo de tirante passivo, a técnica apresentada pela recorrente refere-se a tirantes protendidos, utilizados em cortinas atirantadas, cuja metodologia executiva difere substancialmente da técnica de solo grampeado requerida”.*

*“Ademais, observa-se que a empresa demonstrou expertise compatível com uma solução técnica diversa daquela da prevista no objeto licitado, voltada predominantemente para sistemas de cortina atirantada com tirantes protendidos, e não para o solo grampeado que será adotado na obra. Assim, a experiência apresentada sequer pode ser considerada similar e seu princípio de fundamento, motivo pelo qual não atende ao requisito de similaridade técnica de execução exigido pelo edital”.*

Verifica-se, desta forma, que a licitante descumpriu a exigência contida no Edital, de forma que admitir os atestados como válidos, ou mesmo permitir eventual diligência, implica em violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Sobre o tema, a doutrina mais balizada é uníssona em afirmar que as regras do edital devem ser cumpridas e observadas pela Administração.

Marçal Justen Filho, sobre o tema, afirma o seguinte:

*O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração, que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto a regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 13ª ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 543) (grifado).*



**PREFEITURA DE MACEIÓ**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

No mesmo viés, ensina Hely Lopes Meirelles, senão vejamos.

*Procedimento formal significa que a licitação está vinculada às prescrições legais que a regem em todos os seus atos e fases. Não só a lei, mas o regulamento, as instruções complementares e o edital pautam o procedimento da licitação, vinculando a Administração e os licitantes a todas as exigências, desde a convocação dos interessados até a homologação do julgamento. (Licitação e Contrato Administrativo, 12ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999, págs. 2627) (grifo nosso).*

Tem-se, desta forma, que as técnicas apresentadas não guardam, inclusive, similaridade com as exigidas no edital, de sorte que, ao não apresentar atestados que comprovam a experiência exigida a recorrente não pode ser habilitada, razão pela qual, não há que se falar em reforma da decisão já proferida por esta Comissão.

**DO DISPOSITIVO**

Diante do exposto, esta CPLOSE conhece do recurso interposto pela empresa GEOLOGUS ENGENHARIA LTDA, por tempestivo, e no mérito decide por **NEGAR-LHE PROVIMENTO INTEGRAL, mantendo incólume a decisão acerca de sua inabilitação**, pelos seus próprios fundamentos, referente ao Lote 02 da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025 – UASG: 927512.

À consideração da Autoridade Superior da SEMINFRA.

Maceió/AL, 24 de novembro de 2025.

**DANIEL DA SILVA FERREIRA**  
Presidente da CPLOSE/SEMINFRA  
Matrícula nº 974078-3

**AMANDA TEIXEIRA MELO**  
Membro da CPLOSE/SEMINFRA  
Matrícula nº 973891-6

**MELINA MALTA D. DE VASCONCELOS**  
Membro da CPLOSE/SEMINFRA  
Matrícula nº 944153-0

**EMANUEL COSTA VALENÇA BARROS**  
Membro da CPLOSE/SEMINFRA  
Matrícula nº 973913-0

**RODRIGO FRAGOSO PEIXOTO**  
Membro da CPLOSE/SEMINFRA  
Matrícula nº 974097-0

**JOSÉ AGOSTINHO DOS SANTOS NETO**  
Membro da CPLOSE/SEMINFRA  
Matrícula nº 973887-8

**RAPHAEL AROUCHA COIMBRA LOU**  
Membro da CPLOSE/SEMINFRA  
Matrícula nº 977585-4